

Cultura, Cidadania e Políticas Públicas

Alvaro Daniel Costa
(Organizador)



 **Atena**
Editora

Ano 2019

Alvaro Daniel Costa

(Organizador)

Cultura, Cidadania
e Políticas Públicas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C968 Cultura, cidadania e políticas públicas [recurso eletrônico] /
Organizador Alvaro Daniel Costa. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Cultura, cidadania e políticas públicas – v.1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-077-3

DOI 10.22533/at.ed.773192501

1. Educação – Brasil. 2. Cidadania. 3. Políticas públicas –
Educação. 4. Prática de ensino. 5. Professores – Formação. I. Costa,
Alvaro Daniel.

CDD 323.6

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *“Cultura , Cidadania e Políticas Públicas”* possui uma série de 84 artigos que abordam os mais variados temas nas áreas relacionadas a área de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e Educação.

O volume I é intitulado “cultura, políticas públicas e sociais” e mostra a diversidade de análises científicas em assuntos que vão desde uma análise sociocultural perpassando pelas questões socioeconômicas da sociedade brasileira e latino-americana.

Já o volume II intitulado *“educação, inclusão e cidadania- práticas pedagógicas na cultura educacional”* é inteiro dedicado a área educacional, com textos de pesquisadores que falam sobre uma educação inclusiva em assuntos como autismo, formação profissional nas mais diversas áreas dentro do espectro educativo, além de uma análise sobre os impactos da reforma do ensino médio e sobre lo direito fundamental à educação.

No terceiro volume o assunto é no que tange as *“práticas educacionais, mídia e relação com as políticas públicas e cidadania”* sendo esse volume uma continuidade dos artigos da parte II com artigos que falam sobre práticas pedagógicas, além de textos que trazem sobre assuntos da área comunicacional.

A quarta e última parte é intitulada *“cultura, literatura, educação e políticas públicas- questões multidisciplinares”* e possui uma versatilidade temática que vai da área literária e novamente sobre algumas práticas pedagógicas.

A grande diversidade de artigos deste livro demonstra a importância da análise de temas que dialogam com as práticas de políticas públicas, sejam através da área educacional, comunicação ou aquelas que analisam a sociedade a partir de um viés histórico, cultural ou até mesmo econômico.

Boa leitura!

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CULTURA E COMPLEXIDADE NOS PROJETOS E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS CONTEMPORÂNEAS	
Maria Beatriz Afflalo Brandão	
DOI 10.22533/at.ed.7731925011	
CAPÍTULO 2	16
ACERVO MATERIAL E DOCUMENTAL: A MEMÓRIA HISTÓRICA COMO POLÍTICA CULTURAL	
Sílvia Rachi	
DOI 10.22533/at.ed.7731925012	
CAPÍTULO 3	28
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO EM RIO VERDE - GO	
Ana Paula Felix Arantes	
DOI 10.22533/at.ed.7731925013	
CAPÍTULO 4	36
CULTURA E DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES: POLÍTICA CULTURAL PARA QUEM?	
Carla Cristina Rosa de Almeida	
João Policarpo Rodrigues Lima	
Maria Fernanda Gatto	
DOI 10.22533/at.ed.7731925014	
CAPÍTULO 5	52
PATRIMÔNIO CULTURAL EM PERIGO – A ARTE FUNERÁRIA E O DESCASO COM SUA PROTEÇÃO EM JUIZ DE FORA/MG	
Leandro Gracioso de Almeida e Silva	
Marlise Buchweitz	
DOI 10.22533/at.ed.7731925015	
CAPÍTULO 6	63
POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS E CONDIÇÕES ESTRATÉGICAS DE FOMENTO À ECONOMIA CRIATIVA: O CASO BRASILEIRO DA PERSPECTIVA DO PLANO DA SECRETARIA DE ECONOMIA CRIATIVA (2011-2014)	
Jessica Rani Ferreira de Sousa	
Henrique César Muzzio	
Jackeline Amantino de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.7731925016	
CAPÍTULO 7	76
POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITO DA PESSOA IDOSA: ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DE IDOSOS/ AS USUÁRIOS/AS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DO IDOSO - CRI DO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA-PE	
Flávia Pereira de Sá	
Elizangela Maria Vieira Dantas	
Josenildo André Barboza	
Maria do Socorro Souza Lima	
Mariana dos Santos Silva	
Fábia Maria de Santana	
DOI 10.22533/at.ed.7731925017	

CAPÍTULO 8	87
CULTURA DIGITAL E FACEBOOK: ALIENAÇÃO TÉCNICA E A PROMOÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL	
Thiago Oliveira da Silva Novaes	
DOI 10.22533/at.ed.7731925018	
CAPÍTULO 9	100
O FLUXO MIGRATÓRIO COMO ÚNICA OPÇÃO PARA MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA	
Cristiane Feldmann Dutra	
Roberta Gabriela Sucolotti de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.7731925019	
CAPÍTULO 10	116
EDUCAÇÃO DO CAMPO E POLÍTICAS PÚBLICAS: O PROJovem CAMPO – SABERES DA TERRA	
Cristina Xavier	
Gabriela dos Santos Silva	
Ramofly Bicalho dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.77319250110	
CAPÍTULO 11	128
RELATO DE EXPERIÊNCIA: TRILANDO OS CAMINHOS DO ENVELHECIMENTO ATIVO NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA-PE	
Flávia Pereira de Sá	
Elizangela Maria Vieira Dantas	
Josenildo André Barboza	
Maria do Socorro Souza Lima	
Mariana dos Santos Silva	
Fábia Maria de Santana	
DOI 10.22533/at.ed.77319250111	
CAPÍTULO 12	134
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO NO SETOR PÚBLICO	
Jefferson Davi Ferreira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.77319250112	
CAPÍTULO 13	143
OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA PRÁTICA DO CONTRABANDO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Marcela Fróes da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.77319250113	
CAPÍTULO 14	161
EMPRESAS SUSTENTÁVEIS NO BRASIL: SUAS AÇÕES NA ÁREA CULTURAL E AS LEIS DE INCENTIVO FISCAL	
Mariana de Barros Souza	
Adriana Cristina Ferreira Caldana	
Lara Bartocci Liboni	
DOI 10.22533/at.ed.77319250114	
CAPÍTULO 15	180
OS CONCEITOS ORIENTADORES PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS EM	

ESTADOS PARTES DO MERCOSUL

Renner Coelho Messias Alves

Janaina Machado Simões

DOI 10.22533/at.ed.77319250115

CAPÍTULO 16 194

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA DO AMAZONAS

Michele Lins Aracaty e Silva

Lorena Ravielly Carlos Almeida

DOI 10.22533/at.ed.77319250116

CAPÍTULO 17 214

PESQUISA (AUTO)BIOGRÁFICA COM MULHERES CAMPONESAS

Márcia Alves da Silva

Carla Negretto

DOI 10.22533/at.ed.77319250117

CAPÍTULO 18 226

ARRASTÕES DE SÃO JOÃO: A TRANSFORMAÇÃO DO COSTUME EM PRODUTO E O CONSUMO CULTURAL NO RECÔNCAVO BAIANO

Everton Conceição Santos

DOI 10.22533/at.ed.77319250118

CAPÍTULO 19 232

A FESTA DO CAMINHONEIRO: TURISMO RELIGIOSO E CULTURAL NA CIDADE DE ITABAIANA/SE

Leylane Meneses Martins

DOI 10.22533/at.ed.77319250119

CAPÍTULO 20 246

ALMA E RESSONÂNCIA DOS ESPAÇOS CEMITERIAS: EM FOCO, OS *BRITISHES CEMETERIES* NO NORDESTE

Davi Kiermes Tavares

José Paulo Siefert Brahm

Diego Lemos Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.77319250120

CAPÍTULO 21 259

ANÁLISIS FESTIVAL ESTÉREO PICNIC: CRECIMIENTO DE LOS FESTIVALES Y LA OFERTA MUSICAL EN COLOMBIA (2010-2015)

Daniela Herrera Dimaté

DOI 10.22533/at.ed.77319250121

CAPÍTULO 22 272

EXTRATIVISTAS BRASILEIROS DESLOCADOS DA AMAZÔNIA BOLIVIANA: MUDANÇAS NOS MODOS DE VIDA

Emilson Ferreira de Souza

DOI 10.22533/at.ed.77319250122

SOBRE O ORGANIZADOR..... 287

CULTURA E COMPLEXIDADE NOS PROJETOS E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS CONTEMPORÂNEAS

Maria Beatriz Afflalo Brandão

Professora da Escola de Belas Artes |
Universidade Federal do Rio de Janeiro/ UFRJ
e Mestre e Doutora pelo Programa de Pós
Graduação em Urbanismo, FAU | UFRJ

RESUMO: O pensamento complexo se desenvolveu, numa contraposição a simplificação, já na primeira metade do século XX. A cidade contemporânea passou a ser referenciada através de palavras que revelavam a sua heterogeneidade, dentre elas, o fragmento, o vazio, a descontinuidade, a desordem, o caos. Tornou-se complexa. Examinar a relação entre a cidade contemporânea e a cultura, no sentido de refletir sobre a complexidade atual dos enfrentamentos dos projetos culturais e seus valores é nosso objetivo. Edgar Morin, Carlos Fortuna, Augusto Santos Silva, Marilena Chauí e Otília Arantes nos ajudam a percorrer este caminho.

PALAVRAS-CHAVE: modernidade/complexidade, cidade contemporânea, projetos culturais, interações.

ABSTRACT: Complex thinking has developed, in contrast to simplification, in the first half of the twentieth century. The contemporary city began to be referenced through words that revealed

its heterogeneity, among them fragment, emptiness, discontinuity, disorder, chaos. It has become complex. Examining the relationship between contemporary city and culture, in order to reflect on the current complexity of the confrontations of cultural projects and their values is our goal. Edgar Morin, Carlos Fortuna, Augusto Santos Silva, Marilena Chauí, Otília Arantes and Mike Raco help us to follow this path.

KEYWORDS: modernity/complexity, contemporary city, cultural projects, interactions.

1 | INTRODUÇÃO: COM QUAL O CONCEITO DE CULTURA TRABALHAR?

O objetivo principal deste texto é estudar a relação entre a cultura e a cidade, observando os movimentos de culturalização da recuperação urbana. Na pesquisa das referências, percebeu-se a interação dos conceitos de análise definidos e aqueles estabelecidos na teoria da complexidade, desenvolvida por Edgar Morin.

O objetivo se transformou então na possibilidade de, através destas interações conceituais, estudar algumas relações entre a cultura e a cidade na complexidade da cidade contemporânea.

De início, o exame conceitual de cultura. Segundo a definição da UNESCO, conforme as conclusões da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais (MONDIACULT, México, 1982), da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento (Nossa Diversidade Criadora, 1995) e da Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento (Estocolmo, 1998). a cultura deve ser considerada como o conjunto de características espirituais, materiais, intelectuais e emocionais distintas de uma sociedade ou de um grupo social, e que abrange, além da arte e literatura, estilos de vida, maneiras de vida em comum, sistemas de valores, tradições e crenças. Em princípio, entendemos que esta é a versão do senso comum.

Contudo, a abrangência da definição estabelecida abarca conflitos e contradições que devem ser examinados. Segundo Chauí, [2008:55], a origem da palavra cultura está relacionada a colheita e significava, de início, uma ação que conduz a ‘realização de potencialidades’, ou seja, brotar, florescer, frutificar. Essa significação dá ao termo a dimensão ideal da produção cultural de uma comunidade.

No Iluminismo, o conceito transformado, passa a ser referência de estado de civilização, ou seja, o critério ou padrão que estabelece diferenças entre as sociedades, um conjunto de práticas que permitia avaliar a evolução dos regimes políticos. Passa a definir comparações. Já com valor de hierarquia, passa a ser sinônimo de progresso, ressurgindo no século XIX, na Antropologia, para avaliar sociedades evoluídas ou primitivas; a partir de parâmetros de ausência ou presença de elementos constituintes da sociedade da Europa. Ganha um conceito de valor, de medida.

Ainda a mesma autora, cita a filosofia alemã definindo cultura a partir da ‘ruptura da adesão imediata à natureza’, ou seja, a ordem humana tratada como a ordem simbólica, capaz de uma relação com o ausente, criando uma relação de transcendência. Pela linguagem e pelo trabalho o homem deixa de aderir ao meio ambiente em contraposição ao animal, “criando um sentido imanente, que vincula meios e fins para o desenvolvimento da ação, que provoca novas ações e faz do homem um agente histórico”. Sob este aspecto, Morin vai destacar que, embora essa visão da cultura nos tenha trazido ‘a democracia representativa, os direitos humanos, os direitos da mulher, as autonomias individuais”, também possui ‘carências profundas concentradas no poder e nos desenvolvimentos materiais’, o que vai provocar ‘suas cegueiras, suas ilusões, expressas até uma época recente, na ocultação da relação vital entre o ser humano e o mundo natural ou no mito de um progresso concebido como lei inelutável da história humana.’ [2011:21]

Por outro lado, Chauí atenta para a diferença entre comunidade e sociedade. A comunidade é coesa, vive sob os mesmos valores e atribui os mesmos sentidos à vida e à morte. Possuem um sentimento de unidade e vigilância de valores. Na sociedade diversificada, os indivíduos separam-se uns dos outros por interesses específicos. E essa divisão, inevitável na sociedade contemporânea capitalista, vai dificultar que o conceito de cultura da UNESCO, seja aquele percebido plenamente, no âmbito das sociedades atuais. Surgem: a cultura dominante e a dominada, a popular, a clássica,

a da elite, a opressora e a oprimida. Cada uma dessas classificações vai ser estudada sob abordagens diferentes, conseqüentemente, gerando vários posicionamentos que redundam em diversas políticas públicas que se pretendem a solução dos desníveis.

Se analisarmos sob a perspectiva da complexidade, podemos perceber que o conceito de cultura estabelecido pelo Iluminismo, a partir da oposição dialética de ausência e presença, tem o mesmo raciocínio de contraposição entre a adesão animal ao meio ambiente e a transcendência do homem. A pluralidade de classificações culturais, surgidas a partir das divisões internas da sociedade, demonstram a fragilidade dos limites destas oposições.

Para uma visão aberta de cultura, é preciso, antes de tudo, perceber o problema da organização do conhecimento, que se atrela a paradigmas anteriores, descontextualizados da contemporaneidade. Pode-se observar que tanto a dimensão como a transcendência criam a mesma organização do pensamento, a mesma lógica de afirmação/negação, num sistema fechado que não permite outras combinações e que, por isso mesmo, acaba gerando uma série de subclassificações dessa mesma dicotomia. A definição de cultura, estabelecida pela UNESCO, abarca as relações que regem a vida das sociedades que, como tal, compreende as oposições, complementaridades, relações e interações que geram valores e que se modificam, a partir de novas ações, relações, oposições e interações.

Para trabalhar este conceito de cultura multifacetado é preciso compreendê-lo num sistema aberto. Segundo Morin, um sistema fechado pode ser exemplificado por uma pedra, uma mesa, ambas em estado de equilíbrio, se considerarmos a troca de matéria/energia com o exterior. Já uma vela acesa ou uma célula estabelece uma relação de desequilíbrio com a troca pelo fluxo energético que as alimenta. Sem ele, as duas se definhariam. Se observarmos o organismo humano, percebemos que nossas células se renovam sem cessar, enquanto nossa estrutura se mantém equilibrada, exatamente como um sistema aberto, onde sua estrutura se mantém em equilíbrio, mas seus constituintes são mutantes. Disso deduzimos algumas observações interessantes:

- as leis de organização da vida não são de equilíbrio, mas de desequilíbrio em constante recuperação;
- a inteligibilidade do sistema não está ligada somente à ele mesmo, mas também ao meio ambiente;
- e essa relação não é somente de dependência, mas constitutiva do sistema.

Se fizermos uma analogia com a cultura, podemos perceber que, para não definhar, ela precisa se manter como um sistema aberto! Para tal, é importante observar que:

“Qualquer conhecimento opera por seleção de dados significativos e rejeição de dados não significativos: separa [distingue ou disjunta] e une [associa, identifica]; hierarquiza [o principal, o secundário] e centraliza [em função de um

núcleo de noções chaves]; estas operações que se utilizam da lógica, são de fato comandadas por princípios 'supralógicos' de organização do pensamento ou paradigmas: princípios ocultos que governam nossa visão das coisas e do mundo sem que tenhamos consciência disso.[Morin, 2011:10]”.

Do ponto de vista da teoria da complexidade, a noção de cultura adotada pela antropologia social, a partir de meados do século XX, não se adequa ao real pela negação da relação do homem com meio ambiente. Perde-se um elo importante.

Ainda trabalhando no conceito estabelecido pela UNESCO, podemos perceber que 'características espirituais, materiais, intelectuais e emocionais distintas de uma sociedade ou de um grupo social, englobam tanto o conhecimento científico, como o genérico [concernente ao gênero humano]', que inclui o campo das ciências humanas. E é nesse ponto que se situa um '*desafio cultural*' [Morin, 2002:17], que ocultamente ainda nos dirige definindo caminhos e processos no desenvolvimento da inteligência, a partir do século XIX, ou seja a divisão entre cultura de humanidades e cultura científicas.

Essa divisão que proporciona a disjunção cada vez mais intensa do saber, ainda que tenha promovido admiráveis descobertas e um avanço tecnológico a se considerar, circunscreve a reflexão sobre o desenvolvimento humano, tornando cada vez mais difícil o pensamento questionador dos problemas sociais e humanos que estabelece no seu desenvolvimento; tornando-se impossível de abranger, 'além da arte e literatura, estilos de vida, maneiras de vida em comum, sistemas de valores, tradições e crenças' [Morin, 2002:19]. Subdivide a vida, enfraquecendo uma percepção global, e conseqüentemente o sentido de responsabilidade: progressivamente, cada um tende apenas a ser responsável pela sua tarefa específica.

Quando os valores e crenças de um grupo perdem suas interações, o tecido cultural se esgarça, enfraquecendo a cultura como um todo. Conhecer a cultura é conhecer o humano. É preciso, então, trabalhar a ligação entre os conhecimentos, para daí fazer surgir o novo, que ultrapasse os problemas atuais. Todo o conhecimento deve ser orientado para e sobre a condição humana em toda a sua complexidade.

A cidade retrata a complexidade humana, analisá-la nos leva ao conhecimento da condição humana, que nos atenta para a vida com seres e situações complexas. A cidade contemporânea é a vida, que se desenrola no social, no unitário e no diverso. Assim, ao observarmos as relações entre a cultura e a cidade, não se pode ter uma visão unidimensional, que enfraquece a percepção do complexo e o sentido de responsabilidade [Morin, 2002:14].

Ao contrário, é preciso atentar para a complexidade do mundo real e para tal, é preciso definir, a priori, algumas condições referentes ao futuro:

- Preparar-se para o futuro incerto, ou seja, para a existência da incerteza; contextualizando, observando possibilidades e conseqüências;
- Esforçar-se para compreender e conceber estratégias, com cenários de ação que possam conter a possibilidade do acaso, possibilidades de futuro;

— Efetuar conscientemente nossas apostas, acreditando nas possibilidades e possíveis alternativas, mas jogando com a incerteza.

Em resumo, é preciso observar que ‘a realidade está tanto no elo quanto na distinção entre o sistema aberto e o seu meio ambiente... o sistema só pode ser compreendido se nele incluirmos o meio ambiente, que lhe é ao mesmo tempo íntimo e estranho e o integra sendo ao mesmo tempo exterior a ele’ [Morin,2010:22]. Religar o que está disjunto é a proposta. A divisão da organização política em setores muito específicos que não se conversam tem sido um problema bastante evidenciado nas administrações públicas, principalmente aqui neste país.

Chauí [2008:65] nos dá, através da descrição do que seja a pintura, a essência do olhar cultural: a descrição de Chauí sobre a pintura é uma excelente metáfora sobre as contraposições complementares que a complexidade cultural comporta.

“Que é a pintura? A expressão do enigma da visão e do visível: enigma de um corpo vidente e visível, que realiza uma reflexão corporal por que se vê vendo; o enigma das coisas visíveis, que estão simultaneamente lá fora, no mundo, e aqui dentro em nossos olhos; enigma da profundidade, que não é uma terceira dimensão ao lado, da altura e da largura, mas aquilo que não vemos e, no entanto, nos permite ver; o enigma da cor, pois uma cor é apenas a diferença entre cores; o enigma da linha, pois ao oferecer os limites de uma coisa, não a fecha sobre si, mas a coloca em relação com todas as outras”.

Segundo Morin [2011:36], uma das conclusões dos estudos sobre o cérebro humano é sua capacidade de trabalhar com o insuficiente, com o vago, com aquilo que não é exato. No texto de Chauí, o vidente que é visível, o que está lá fora, mas também dentro, o que não vemos, mas percebemos e o limite que não se fecha são ingredientes da complexa visão do mundo, que comporta um conceito de cultura e suas interações.

A cultura, vista a partir dos conceitos da complexidade, incorpora interações, contradições, complementaridades, acasos, conflitos, incapacidade de uma ordem absoluta; tendo em conta que a “aceitação da complexidade é a aceitação de uma contradição, é a ideia de que não se pode escamotear as contradições numa visão eufórica do mundo” [Morin, 2011:64].

2 | O ELO ENTRE CULTURA E CIDADE

Um bom início para avaliar cidade e cultura está no exame do conceito de autonomia do homem, complexa por sua dependência das condições culturais e sociais. Entendemos que para conquistar a autonomia é preciso uma linguagem, uma cultura, um saber. É preciso um processo de escolha e decisão, e acreditamos que tanto mais variadas sejam as ideias melhor a capacidade de decidir, maior reflexão e maior a autonomia. Mas, na verdade, com frequência pensamos gozar de uma liberdade de escolha, que não é verdadeira.

“Somos uma mistura de autonomia, de liberdade, de heteronímia, e eu diria

mesmo, de possessão de forças ocultas que não são simplesmente do inconsciente trazidas à luz pela psicanálise” [Morin, 2011:67], mas que estão relacionadas ao nosso cérebro e que passam pela razão, racionalidade e racionalização. Considerando-se razão como a busca da coerência; racionalidade como o jogo de estruturas lógicas que nos permitem dialogar com o real e a racionalização como a tentativa de enquadrar a realidade num sistema coerente; percebemos que é nossa tendência descartar o que não entendemos, selecionar o que favorece a nossa ideia e menosprezar o que desfavorece. E neste processo cerebral, produzimos.

Um dos postulados da teoria da complexidade reside na compreensão de que a parte faz parte do todo e que o todo não é a soma das partes, devido as interações. Como sujeitos integrantes de culturas, somos “produtores de um processo que é anterior a nós mesmos”, assim somos produtos e produtores simultaneamente: “indivíduos produzem a sociedade que produz os indivíduos” [Morin, 2011:74].

Numa analogia com o espaço, vamos encontrar em Milton Santos uma correspondência quando ele define que “sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma” [2008:63]. A partir desta constatação, Santos propõe considerar o espaço um conjunto indissociável, tratado como processo e como resultado, analisado através de sua multiplicidade e da diversidade de situações e processos e que, por isso, não é uno, mas complexo, contraposto à racionalização cartesiana da disjunção entre o homem e o objeto. Esta ideia é ratificada por Fortuna e Silva [2002:420], na proposta de analisar as relações entre cultura e cidade, definindo que a cultura, na sua diversidade de ações, tem uma espacialidade própria, que se caracteriza como contextos sociais e que vão ser utilizados nos planos e políticas de revalorização das cidades. Ainda, segundo eles, “a cidade e a cultura urbana são realidades incoerentes, recheadas de subcidades e subculturas. São estes fragmentos, no entanto, que constituem a cidade e a cultura urbana no seu todo, e lhes dão vigor”. Espaços homogeneizados contribuem para subtrair a complexidade, diminuindo a vitalidade local e como tal, carecentes de oposições, complementaridades, relações e interações que geram valores diversificadores.

Chauí, ainda em seu artigo de análise sobre cultura e democracia, chama atenção para a democracia como forma política na qual, “ao contrário de todas as outras, o conflito é considerado legítimo e necessário, buscando mediações institucionais para que possa exprimir-se. A democracia não é o regime do consenso, mas do trabalho sobre os conflitos” [2008:67]. Defende ainda que a democracia como uma forma de vida social, a cada solução que encontra, reabre seu próprio problema.

Ora, esse é sem dúvida, um dos conceitos mais pertinentes da teoria da complexidade moriniana, que defende o não fechamento de soluções definitivas, “... a realidade é mutante, não se esqueça (sic) que o novo pode surgir, e de todo modo,

vai surgir” [Morin, 2011:83]. Isto não implica em desprezar a ordem, o determinismo, mas considerar a possibilidade de renovação, de incerteza, do acaso; da possibilidade de uma nova ideia. A complexidade se situa num processo mais rico, no qual a ação é “a estratégia que permite, a partir de uma decisão inicial, prever certo número de cenários para a ação, cenários que poderão ser modificados segundo as informações que vão chegar no curso da ação e segundo os acasos que vão se suceder e perturbar a ação” [Morin, 2011:79]. Temos então a cidade, como o espaço no qual cada nova ação retroage sobre si mesmo e sobre o ambiente, estabelecendo um elo indissociável entre cultura e cidade.

3 | A CIDADE CONSUMIDA COMO MERCADORIA

É Otília Arantes [2000], quem nos aponta a terceira etapa do urbanismo, no qual a cidade, até então plena de valor de uso, passa a ser examinada e gerenciada a partir de conceitos que estabelecem valores de troca, valores de mercado.

O ‘tudo é cultura’, da segunda metade do século XX, se transformou numa cultura de mercado onde o ‘poder da identidade impera’. Diz-se, então que a cidade não ‘se vende’, ou seja, não se torna importante no cenário global, se não estiver enquadrada numa política dita culturalista, mas cuja base de conceitos gira em torno de ideias mercadológicas do tipo *image-making* [consolidando a imagem], políticas *business-oriented* [relacionadas aos negócios] e ações ‘*market-friendly*’ [adequadas ao mercado]. Os conceitos básicos desta teoria marqueteira, pela sua ligação direta com o consumo diário na organização capitalista atual, são teorias de fácil aceitação acrítica. Fazem parte da racionalização da decisão cotidiana de compra num mercado de consumo altamente competitivo, e por isso mesmo, pleno de estratégias de venda, exacerbadas diariamente, nos meios de informação e comunicação.

Como diz Morin, são forças ocultas que nos impelem a uma racionalização estreita, com foco parcial, muitas vezes nos fazendo acreditar num processo racional de escolha, que na verdade nos é apresentado sob uma ótica específica.

É interessante destacar, que no correr da história humana, a cultura tenha sido vista, muitas vezes, como um movimento de expressão contrário à opressão, mas que nos dias de hoje, ganhe um lugar em estratégias urbanas que geram a gentrificação, a homogeneização de espaços e a cada vez mais clara partição da sociedade em camadas mais favorecidas e outras desfavorecidas, que contudo expressam-se em manifestações culturais de todos os tipos através da cultura popular, ainda pouco considerada nas estratégias de política cultural.

Otília afirma que para o sucesso dessa política, que transforma a cidade em mercadoria, não é possível perder de vista a dimensão cultural, usada aqui, exatamente neste valor literal de medida, de valor de troca das cidades no cenário global. Uma das características dessa estratégia de implantação de ações urbanas é o uso das palavras

chaves, muitas vezes de forma a dirigir a percepção da ação, com adaptações sutis, que lhes conferem um valor de importância.

O que tem resultado essa política cultural, aplicada em todo mundo em ‘pacotes estratégicos’? Ganham novas conceituações tais como “revitalização, reabilitação, revalorização, reciclagem, promoção, requalificação, até mesmo renascença, mal encobrendo, pelo contrário explicitando o sentido inicial de reconquista, inerente ao retorno das camadas afluentes ao coração das cidades”.

As cidades ganham também uma ‘organização’ em algumas áreas, definida a partir da exclusão da contraposição de quem entra e quem sai legitimada pela dimensão cultural. São muitos os exemplos, do *Soho* de Nova York a *Docklands* de Londres, o processo de recuperação urbana expulsou moradores locais, que viram destruídos anos de vivência social. Como será o Porto do Rio? Diferente? Tendo sido criadas modificações na legislação urbanística e empresa para gerenciar a implantação de construções no local, hoje em 2018, ainda não se tem uma análise completa do que foi realizado e o que deixou de ser. “A Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP) iniciou o terceiro trimestre de 2017 com o comunicado da Concessionária Porto Novo, em 3 de julho informando que suspenderia suas atividades da operação urbana em 48 horas após seis meses sem remuneração pelos serviços prestados. (relatório trimestral da CDURP)”. No relatório de fechamento existe a parte, não o todo. E a parte indica uma priorização da economia em relação ao social, principalmente aquele referente a possibilidade de moradia no centro.

Segundo Morin [2011(2)], o pensamento fundado na noção do *homo economicus*, determinado pelo interesse pessoal não vê o que escapa deste interesse e destrói as relações que precisa para obter o que objetiva. É uma ‘visão produtivista/quantitativista’ que ignora a essência da qualidade de vida. Ele acredita ainda, que uma forma fechada de racionalização está se espalhando por todo o planeta, produzindo uma irracionalidade total. Alerta para o perigo da crise.

“A crise se manifesta não somente como uma fratura no interior de um *continuum*, perturbação num sistema aparente estável, mas também como crescimento das eventualidades, isto é, das incertezas. Ela se manifesta pela transformação das complementaridades em antagonismos, pelo aumento rápido das transgressões em tendências, pela aceleração do processo desestruturante/desintegrante (feedback positivo), pela ruptura das regulações, pela deflagração de processos incontrolados tendendo a autoamplificar-se por si mesmos ou chocar-se violentamente com outros processos igualmente antagônicos e incontrolados. Examinando o mundo atual, a crise aparece não como um acidente, em nossas sociedades, mas como um modo de ser” [Morin, 2010:23].

A cultura, como elemento da produção humana, sofre as mesmas consequências. No entanto, a crise tem aspectos divergentes e antagônicos, mas necessariamente complementares. É na crise que se percebe as maiores necessidades. É a crise que nos traz a evolução através de rupturas e transformações radicais.

Otília atenta para um aspecto crítico: a estetização do medo, com exemplos desde as habitações expulsas ou bloqueadas, até a impossibilidade de permanência

nos parques requalificados e guardados por seguranças. Chama atenção, também, para o significado conflitante de cultura, que de ações socialmente espontâneas, deixa de ser “o outro ou mesmo a contrapartida, para tornar-se parte decisiva dos negócios... um grande negócio” [2000:48].

O grande negócio gera então Grandes Projetos por várias grandes cidades do mundo. Modelos e planos são reinventados. Novas articulações entre atores públicos e privados. Um conceito de progresso e desenvolvimento que, a cada tempo, se torna mais perigoso e catastrófico, ratificando a ideia dessa política cultural como uma estratégia fatal, título do texto de Otilia Arantes.

Há, ainda, nesse movimento, o dogma universal de “que o progresso é uma lei implacável da história humana” [Morin, 2011(2):23]. É preciso estar sempre em desenvolvimento, em competição, agora relativa às cidades em um mundo globalizado. Mas o certo é que há muito descobrimos que o futuro é incerto. A ideia de um progresso, que a partir do crescimento econômico gerava os desenvolvimentos econômico, social e individual não considerava pontos importantes:

- Estamos num universo onde atua um princípio de agitação, dispersão e desordem;

- Todo trabalho comporta desperdício e degradação de energia;

- Todo organismo vive, não somente da vida, mas também da morte.

Assim, todo progresso corre o risco de se degradar e comporta o duplo sentido de progressão e regressão. O progresso como necessidade humana influiu na concepção do mito tecnoburocrático. Mas o futuro incerto nos faz olhar o passado e reconstruir a história, agora com o olhar do presente, percebendo a interdependência entre passado, presente e futuro.

É preciso substituir a concepção simplista da causalidade linear para um futuro previsível, por uma visão complexa, já que o passado forma seu sentido de história a partir do olhar posterior. Efeitos e contrafeitos se entrelaçam: é um novo enfoque a cada novo presente, que modifica o passado. “O conhecimento do presente requer o conhecimento do passado, que requer o conhecimento do presente” [Morin 2010:14].

E as inovações, criações e invenções futuras dependem do presente. Parte do futuro já existe e vai operar as ações, interações e retroações que constituem o presente, mas de maneira incerta. Considerando o tempo como fator de referência cultural, é preciso, de acordo com o pensamento complexo desenvolvido por Morin, atentar que o instrumento de ligação que nos faz deslocar entre presente, passado e futuro é o conhecimento, e ele não é linear, é multidimensional, sem fator dominante. É importante ainda, perceber que também a realidade é multidimensional, comportando fatores geográficos, técnicos, políticos, econômicos, ideológicos e que existe uma rotatividade de evidência desses fatores na evolução humana.

É fato que a evolução segue um princípio multicausal, tanto intrínseco ao processo, como exterior a ele. E são as invenções, inovações e criações que modificam a evolução, podendo ampliar-se e potencializar-se em tendências, infiltrar-

se modificando a tendência dominante: “a evolução é deriva, transgressão, criação, é feita de rupturas, perturbações e crises” [Morin, 2010:17].

A teoria do modernismo para as cidades foi direcionada para a pretensão do equilíbrio da vida urbana organizada, dentro da perspectiva do progresso contínuo, do desenvolvimento linear. O pós-modernismo elaborou a crítica na superficialidade da meia solução de retomada de parâmetros culturais anteriores, mesclados a soluções intrinsecamente modernas.

A evolução tecnológica e informacional reconfigurou as necessidades sociais humanas. Ainda não se tem clareza das profundas modificações que afetam os grupos sociais no presente, mas já se percebem modificações que estabelecem duas formas de ‘olhar o mundo’, analisadas por diversos autores: a global e a local. Contrapostos e complementares essas duas vertentes provocaram algumas modificações na organização dos contextos sociais. A cidade, desde os meados do Século XX, passa a exercer um elemento de destaque no jogo global do poder, criando as bases para que, como foi dito antes, adquira valores de mercadoria, inserida nos fluxos da economia global.

Centros globais também passam por políticas, econômicas, culturais, sociais que se distanciam dos interesses dos cidadãos, deslocados pelos objetivos das companhias contratadas nos projetos de parcerias público-privadas. Raco (2015-27-47) analisa este processo no cenário inglês da política de sustentabilidade de Londres, uma cidade global. Conclui que:

“Onde o controle do governo foi enfraquecido, são as empresas privadas que entraram para preencher a lacuna de governança, em vez de cidadãos ativos e capacitados. A este respeito, a experiência de Londres tem implicações muito mais amplas... As demandas democráticas disruptivas são vistas como um “problema”, para serem gerenciadas e controladas através do processo de contratualização orientada por resultados. Discursos oficiais de política pública e estratégias formais estão se tornando menos significativos. O poder reside cada vez mais na capacidade de moldar os contratos em termos de formulação, conteúdo e enquadramento legal. Qualquer interrupção nesse modelo de governança requer um entendimento dos processos judiciais e regulatórios muitas vezes complexos e exige um novo tipo de engajamento que é muito diferente dos sonhos utópicos dos pensadores da sustentabilidade do final do século XX.”

A cidade, que passa por este projeto de revalorização da imagem, vai ter os seus espaços fragmentados, em relação aos dois aspectos importantes: o global e o local. De acordo com Santos [2008:284], há espaços que se agregam, sem descontinuidade, constituindo a versão tradicional de região; e há aqueles que, embora separados uns dos outros, “asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia”. Os primeiros, as horizontalidades correspondem ao local e tem uma função básica de produção. Os outros, as verticalidades, controlam o poder, e estão ligadas através da circulação, do intercâmbio e do controle, relacionados à perspectiva Global, numa perspectiva dos resultados dos negócios.

Fortuna e Santos [2002:433], citando Doreen Massey, indicam os espaços da

“geometria do poder”, traduzidos pelo sucesso de aproximação ao centro [global] contraposto a localização, que vai significar “incapacidade e sujeição à condição de marginalidade social, política e cultural”. Essa marginalidade, caracterizada como “laterização social” é muitas vezes inserida numa estratégia de reconhecimento dos direitos, dentro das perspectivas de “promoção transnacional da imagem da cidade”, resultando em “fragmentações sociais, políticas espaciais ou mesmo estéticas”. Essas fronteiras construídas e imaginadas socialmente, sem delimitação específica no espaço das cidades, terminam por sofrer as interações e retroações consequentes de um sistema complexo: “... temos assistido à desterritorialização dos fluxos econômicos, culturais, simbólicos e informativos.” [Fortuna e Silva, 2002:432]

É neste contexto espacial incerto, que a recuperação urbana culturalista vai ser implantada, de acordo com as exigências da verticalidade, ligada ao poder econômica, mas num contexto complexo, que compreende também as horizontalidades, incluindo em várias perspectivas as ações, interações e retroações, que se mesclam na vida das cidades.

4 | REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE ESPAÇO E CULTURA

A primeira questão que se coloca é relativa à ideia da cidade como espetáculo. A outra se relaciona aos centros das cidades. Fortuna e Silva, citando Mumford, consideram que a cidade é “a teatralização da ação social e a estética simbólica da unidade coletiva” [2002:423]. Os centros citadinos da pré-industrialização eram o palco principal das ações culturais ritualizadas, específicas de cada cultura. Hoje, já não traduzem mais a heterogeneidade e a diversidade urbana, e tornaram-se locais de passagem ou espaços homogêneos segregadores ou foram convertidos em locais de visitação.

Algumas indagações importantes se colocam neste ponto: será possível que os “palcos” do espetáculo urbano, ou seja, seus espaços públicos centrais ou não, possam ser resgatados como espaços de ação social, através de planos e projetos de recuperação urbana baseados em atividades culturais? Quais são os desvios que este tipo de estratégia pode sofrer? Na cidade contemporânea, o que tem acontecido com a cultura urbana?

Arantes [2000:23] aponta o nascimento desta etapa urbanística numa conjunção de ações tanto na Europa, como nos Estados Unidos e cita a crítica de David Harvey para o porto de Baltimore, que ele denomina “a utopia dos incorporadores: a renovação do Inner Harbor de Baltimore”. Em sua análise [Harvey, 2009:182, 189], apresenta dados de pesquisas que fundamentaram os processos do projeto, demonstrando os equívocos dos investimentos públicos num processo de gentrificação sem escalas. Hotéis, arenas, centros de ciências, edifícios de escritórios e de apartamentos, que só conseguiram comercialização depois de alguns descontos, foram empreendimentos, na sua maioria, financiados por uma parceria público/privada, cuja parcela financiada

com dinheiro da população era muito maior do que os investimentos privados. No caso do Hyatt Regency Hotel, avaliado em 35 milhões de dólares, o investimento da empresa foram “meros 500 mil dólares”.

Depois de iniciado esse processo de recuperação as perdas públicas só tendem a aumentar, na medida em que surgem os acasos e incertezas, os quais o setor que lucra, não está disposto a assumir, requisitando para sua continuidade mais investimentos públicos.

“Para tornar compensadora cada leva de investimentos públicos, faz-se necessária mais uma leva. A parceria entre o poder público e a iniciativa privada significa que o poder público entra com os riscos e a iniciativa privada fica com os lucros” [Harvey, 2009:190]. Sob esta perspectiva, trabalhar com os acasos e incertezas, vistos como parte do processo, pode ter consequências até mesmo nos níveis contratuais das parcerias público-privadas.

Ainda no campo dos investimentos, Fortuna e Santos, em análise do processo do desenvolvimento português nos chama à atenção para a incapacidade das administrações locais de arcar com os custos dos grandes projetos, característica mais dominante nos processos atuais de recuperação urbana culturalista. Considera legítima “a suspeita acerca da sobrequalificação” de espaços específicos, “bem como a sua privatização e sujeição às regras do mercado” [2002:429]. Essa sobrequalificação, aliada à obediência mercantil, destrói as características de complexidade cultural das localidades, para atender à verticalidade mencionada por Milton Santos. Um dos pressupostos da teoria da complexidade para mudar as características da evolução do mundo atual seria “dar autonomia as coletividades” [Morin, 2010:49]. Mas a política de desenvolvimento e recuperação das cidades baseadas num culturalismo global deteriora cada vez mais essa possibilidade de autonomia, conforme definida neste trabalho.

Ainda citando Fortuna e Santos que, em referência a outros autores, indicam que, pode-se perceber nos projetos de renovação cultural bem-sucedidos, uma importante participação dos agentes culturais locais. Em contraposição, outros projetos, cuja assimilação é demorada, muitas vezes, dependentes de novos investimentos públicos, como no caso de Baltimore, percebe-se a ocorrência de “exclusão social, fechamento e atomização dos sujeitos no espaço privado, com prejuízo da consolidação da participação na vida pública de um conjunto de agentes de idade, sexo, classe, estilos e vida e etnias diferentes” [2002:430].

Outra tendência que se destaca no processo de globalização é a hegemonização dos campos de produção e consumo cultural, que pode ser analisada de outro ponto de vista. Considerando-se as retroações, conceito do pensamento complexo, podemos avaliar uma complementaridade importante neste processo: “o impulso de homogeneização da oferta contrapõe-se a um impulso de heterogeneização na procura”, que pode ser uma possível interpelação que a cultura local pode fazer e já o faz à globalização. Para tal é importante “complexificar essa dicotomia” [Fortuna e

Santos, 2002:237].

Uma análise do Professor Carlos Lessa, em sua palestra no evento de comemoração dos 40 anos da Escola Superior de Desenho Industrial da UERJ, ao descrever a capacidade criativa brasileira, no sentido de absorver o que lhe é externo e transformá-lo em outra coisa, com significado local, nos fez atentar para um exemplo peculiar: o XTUDO. Nos fez perceber o caráter antropofágico inerente à nossa cultura, demonstrando que desde sua chegada ao Brasil, como *cheeseburger*, esse sanduíche transformou-se em outro, com novas características e outros ingredientes, e acima de tudo, com outra identidade.

De hambúrguer, queijo e pão, passou a um sistema combinatório com diversos elementos adicionados aos originais, como milho, ervilha, queijo parmesão, maionese, batata frita, salada e outros, que permitem ao comprador estabelecer suas preferências, montando a combinação que lhe convier. Foi absorvido e devolvido em transformação. É fato que apesar desse processo culturalista globalizado intensificar a uniformização cultural, o XTUDO comprova que o poder de retrabalho dessa cultura autoritária pelas sociedades locais não deve ser subvalorizado.

Ainda sobre a complexificação das relações que articulam o sistema mundial, nessa vertente de recuperação urbana culturalista, existe o fator de localização do global ou seja, “fica cada vez menos possível tratar indiferencialmente (sic) os públicos sem cuidar da diversidade das maneiras de ser e agir e das referências simbólicas [tradições, linguagens e ícones, etc..] que os caracterizam” [Fortuna e Santos, 2002:442]. Este é um dado, o aumento da interdependência, que pode e deve ser explorado na contramão dos processos de homogeneização.

Se examinarmos a história, a partir da perspectiva dos valores do presente, podemos “perceber que as cidades coloniais foram arenas multiculturais muito antes de se tornarem metrópoles urbanas do século XX”, e que o processo de globalização não é novo na história da humanidade, variando somente a escala, na contextualização das tecnologias existentes.

Mas é exatamente esta tecnologia que vai permitir o acirramento do que Mike Featherstone, citado por Fortuna e Santos [2002:448], denominou de terceira cultura, referindo-se a agentes “detentores de competências técnicas e profissionais específicas, que lhes permitem viver entre culturas e estabelecer comunicação entre si, através da retradução dos seus sentidos e significados”. Têm em geral um descolamento em relação ao local, contraposto ao sentido antropológico que o espaço adquire para os cidadãos locais.

Ora, uma das premissas do pensamento complexo, definido por Morin, é a disjunção do saber em especialistas, desconectados do contexto e direcionados para relações específicas que lhes subtrai, primeiro a possibilidade de interação com o todo; no caso da cultura, com o contexto; e segundo, a responsabilidade sobre as consequências da sua ação em relação a este contexto. Este monopólio de expertise, defendem Fortuna e Santos, interfere no relacionamento dos sujeitos na sociedade:

“O grau de maior ou menor resistência, visibilidade e reconhecimento do local encontra-se cada vez mais desligado daquilo que seus representantes conhecem, e mesmo de quem conhecem e com quem se relacionam, e, em contraposição surge crescentemente condicionado por circunstâncias e ambientes sociais e técnicos alheios à vontade destes” [Fortuna e Santos, 2002: 450]

O movimento de resistência deste sentido autoritário do conhecimento nos é dado pelo resultado criado pela superespecialização que permitiu um avanço científico e tecnológico considerável que nos aponta em duas direções. Segundo Morin, há a necessidade de religar esse conhecimento, e o devemos fazer trabalhando a relação entre a parte e o todo, entre o todo e a parte. Defende que a patologia da razão está na hipersimplificação que não deixa ver a complexidade do real.

Fortuna e Santos defendem o uso das modernas tecnologias de informação, como recursos decisivos, a partir dos quais os mapas cognitivos do local e do global podem ser reelaborados, ou seja, efetuada uma religação entre essas duas perspectivas que evite que o local fique cada vez mais a margem do global.

Muito ainda se pode explorar, na relação entre cultura, espaço e a teoria da complexidade. Mas trabalhar com a complexidade é compreender que a ação é estratégia, e entender que devem ser previstos os acasos que vão se suceder e perturbar a ação. A estratégia luta contra os acasos e busca a informação, mas o acaso não é apenas o fator negativo a ser reduzido. “É também a chance que se deve aproveitar” [Morin, 2011:79], principalmente para trabalhar com a cultura e o espaço da cidade. Para tal, é fundamental pensar o projeto em toda a sua complexidade de decisões, em função das relações local/global, parte/todo, específico/genérico, certeza/incerteza, definições/acasos e principalmente exclusão/ inclusão.

A partir do pensamento de Morin, e juntamente com ele, considerar que, estamos num mundo que nos parece simultaneamente em evolução, em revolução, em progressão, em regressão, em crise, em perigo. Vivemos tudo isso ao mesmo tempo.

Precisamos considerar que, a eficácia política, assim como a eficácia da sexualidade precisa de incontáveis esforços infrutíferos, de desperdício de energia e de substância vital para chegar a uma fecundação. Que semear a vida, para nós, é dispender esforços inumeráveis, é produzir embriões sem número. Semear pode coincidir com se amar, isto é, com o amor que transfigura dois seres e encontra sua finalidade em seu êxtase de comunhão [Morin, 2010:35]. E eis o símbolo que cada qual pôde e pode viver....

REFERÊNCIAS

ARANTES, O. **Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas.**

In: A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes. 2000.

CHAUÍ, M. Cultura e Democracia. In: **Crítica y Emancipación Nº 1:** Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales. *Emir Sader. Pablo Gentili. [Directores]* ISSN 1999-8104 53-76 Buenos Aires: Clacso, p. 53-76, jun. 2008.

FORTUNA, C. e SILVA, A. S. A cidade do lado da cultura: Espacialidades sociais e modalidades de intermediação cultural, In: Sousa Santos, B. **A Globalização e as Ciências sociais**. São Paulo, Cortez. 2002

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola. 2009

MORIN, Edgar. **Reformar o pensamento**: a cabeça bem feita. Lisboa: Instituto Piaget. 2002
_____, **Para onde vai o mundo?** Petrópolis: Editora Vozes. 2010.

_____, **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina. 2011.

_____, Para um pensamento do sul, In: **Anais do Encontro Internacional para um pensamento do Sul**, Rio de Janeiro: SESC - Departamento Nacional. 2011(2).

RACO, M. (2015). The post-politics of sustainability planning: Privatisation and the demise of democratic government. In: Wilson, Japhy; Swyngedouw, Erik (Org.) **The Post-Political and its Discontents**: Spaces of Depoliticisation, Spectres of Radical Politics p. 25-47. London, 2015.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

Relatório Trimestral de Atividades. CDURP - Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro. jul, ago e set, 2017.

Este texto, um pouco modificado, foi apresentado no VII Seminário Internacional de Políticas Culturais, realizado na Fundação Casa de Rui Barbosa em maio de 2016.

A pesquisa base deste trabalho contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação do Ministério da Educação (MEC) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-077-3

